



ACÓRDÃO Nº 200/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10102/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Tefé.
- 4- **Exercício:** 2012.
- 5- **Responsável:** Sr. Juvenal Corrêa Lopes Filho, Presidente da Câmara Municipal de Tefé.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2348/2016-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls.470/476).
- 8- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Tefé. Exercício de 2013.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Juvenal Corrêa Lopes Filho**, responsável pela Câmara Municipal de Tefé, no curso do exercício 2012;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Juvenal Corrêa Lopes Filho** no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) relativa aos itens 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, constantes na Notificação 003/2013-C/DICAMI e na Notificação 175/2015-DICAMI, não sanadas, com fundamento no art. 308, VI, do RI/TCE, elencadas a seguir:

9.2.1. Não apresentação de documentos à Comissão de Inspeção do Tribunal de Contas, em contrariedade ao art. 33 da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 207, § 1º, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, conforme Ofício nº 01/2013-C I-TCE/AM, onde foram solicitadas as pastas de extratos bancários, de janeiro a dezembro de 2012, bem como as razões das contas abaixo relacionadas:

- a) 500 - Caixa Geral de janeiro a dezembro de 2012;
- b) 3859 - Banco do Brasil c/c 354-9 de janeiro a dezembro de



ACÓRDÃO Nº 200/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

2012;

c) 3862 - valores a Regularizar 2012 de janeiro a dezembro de 2012;

d) 726 - INSS/servidor/12 -janeiro a dezembro de 2012;

e) 386 - Restos a pagar (despesas) exercícios anteriores.

9.2.2. Ausência de esclarecimento dos motivos que deram causa ao lançamento contábil dos saldos bancários, na ordem de R\$ 98.644,59 na Receita Extra-Orçamentária, intitulados como "Responsabilidades Financeiras" no Balanço Financeiro - Anexo 13, uma vez que tal anotação acresceu em duplicidade as totalizações do referido Anexo;

9.2.3. As informações quadrimestrais do RGF enviadas FORA do prazo estipulado no parágrafo único do art. 2º, da Resolução TCE nº 11/2009;

9.2.4. Informes inconsistentes de dados referentes à Receita Corrente Líquida dos três quadrimestres, comprometendo a apuração do limite citado art. 20, III, "a" da LRF;

9.2.5. Descumprimento do art. 42 da LRF, haja vista que as disponibilidades financeiras, na monta de R\$ 1.901,29, não são suficientes para cobrir as Obrigações com Terceiros, inscritas ao final do exercício, na monta de R\$ 61.702,63;

9.2.6. Descumprimento da exigência da divulgação de dados que servem de instrumentos de transparência da gestão fiscal por meios eletrônicos de acesso público, descumprimento, portanto, o art. 73-B, II, c/c art. 48, parágrafo único, II e III e art. 48-A, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009;

9.2.7. Não foi constatada a publicação de amplo acesso ao público do Relatório de Gestão Fiscal, inclusive em meio eletrônico, frustrando os dispositivos dos arts. 48 e 54 da LRF;

9.2.8. A representação jurídica do órgão não é exercida por meio de advogado público de carreira, contrariando os arts. 37, II, e 132 da CF;

9.2.9. Ausência de Controle Interno, conforme o preceituado no art. 74 da Constituição Federal, bem como no art. 39 da Constituição Estadual;

9.2.10. Não implantação do portal da transparência com as informações de interesse da sociedade, bem como não possui instalações físicas próprias para o atendimento do cidadão, conforme os ditames contidos na Lei nº 12.527/2011;



ACÓRDÃO Nº 200/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.2.11. Os protocolos de entrega dos convites nºs 01 e 02 encontram-se sem a assinatura dos responsáveis pelas empresas participantes, bem como a frustração da exigência mínima de 03 (três) convidados, insculpida no art. 22, § 3o, da Lei nº 8.666/93;

9.2.12. Constatação que pelo menos um dos representantes das mesmas não participou dos procedimentos licitatórios na modalidade convites de nºs 01, 02, 04, 05 e 06;

9.2.13. Esclarecimento acerca da contratação de serviços de transporte fluvial, por meio de inexigibilidade, uma vez que não consta no processo administrativo nº 05/2012-CMT o atestado de exclusividade da empresa contratada, fornecido pelo órgão de registro do comércio do local, sindicato, federação ou confederação patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes, conforme preceitua o inciso I do art. 25 da Lei nº 8.666/93;

9.2.14. Constatação que todos os atos referentes à Inexigibilidade nº 01/2012, foram praticados na data de 02.01.2012, desde a solicitação dos serviços até a publicação da ratificação da inexigibilidade;

9.2.15. A concessão de diárias na ordem de R\$ 162.000,00, no período de recesso parlamentar definido pelo art. 39, caput, da Lei Orgânica do Município de Tefé (06 de dezembro a 1º de março e de 1º de julho a 09 de agosto);

9.2.16. A concessão de dois períodos de diárias a servidora Daiana Fernandes Costa para as mesmas datas, levando à duplicidade;

9.2.17. A constatação do empenhamento no valor de R\$ 2.600,00 a *posteriori*, em contrariedade ao art. 60 da Lei nº 4.320/64, uma vez que o período de concessão das diárias esteve compreendido entre as datas de 04.01 e 10.01.2012;

9.2.18. A ausência dos comprovantes de deslocamento (passagem aérea, fluvial) em relação às diárias concedidas a servidores e vereadores no exercício de 2012;

9.2.19. O excessivo número de servidores comissionados do órgão. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 (trinta) dias, na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado -SEFAZ, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, II, da Lei nº 2.423/96. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá



ACÓRDÃO Nº 200/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando-se desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, **ex vi** do art. 173, da Res 04/02 (RI-TCE/AM);

9.3. Considerar em Alcance o Sr. Juvenal Corrêa Lopes Filho no valor de R\$ 98.644,49 (noventa e oito mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para a Câmara Municipal de Tefé com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes do art. 304, inciso VI, da Resolução nº 04/20025 – RITEC, em face da escrituração indevida do valor de R\$ 98.644,59 em "Responsabilidade Financeira" na Despesa Extra-Orçamentária do Anexo 13 - Balanço Financeiro, bem como a não apresentação dos extratos bancários de janeiro a dezembro de 2012, e do Razão Analítico das Contas discriminadas às fls. 215 dos autos (restrições 1 e 3). O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 (trinta) dias;

9.4. Recomendar à Câmara Municipal de Tefé que:

a) Proceda à destinação juridicamente legal aos bens inservíveis, a fim de eliminar o gasto com aluguel para armazenagem dos mesmos;

b) Realize a divulgação de dados que serve de instrumento de transparência da gestão fiscal por meio eletrônico de acesso público, em atenção ao art. 73-B, II, c/c art. 48, parágrafo único, II e III e art. 48-A, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009;

c) Publique o Relatório de Gestão Fiscal, em atenção aos arts. 48 e 54 da LRF, em meio de amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico;

d) Tome as medidas cabíveis para que a representação jurídica do órgão seja exercida por meio de advogado público de carreira, em atenção aos arts. 37, II, e 132 da CF;

e) Proceda à estruturação do Controle Interno do órgão, conforme o preceituado no art. 74 da Constituição Federal, bem como no Art. 39 da Constituição Estadual;

f) Implante o portal da transparência do órgão, com as informações de interesse da sociedade, bem como disponibilize instalações físicas



ACÓRDÃO Nº 200/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

próprias para o atendimento do cidadão, conforme os ditames contidos na Lei nº 12.527/2011;

g) Realize concurso público e promova a extinção dos cargos comissionados na mesma proporção de vagas oferecidas no concurso, sob pena de multa por descumprimento de determinação do tribunal (art. 308, V, “b”, da Resolução nº 04/2002).

Vencido o Voto-Vista da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, que votou pela Regularidade com Ressalvas das Contas Anuais.

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de Março de 2017.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Erico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR

Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral